

O VALOR NA EDUCAÇÃO: ESPECIFICIDADES NO PERFIL AXIOLÓGICO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

THE VALUE IN EDUCATION: SPECIFICITIES IN THE AXIOLOGICAL PROFILE BETWEEN TEACHERS OF A STATE EDUCATION NETWORK

Jansen Souza Moreira¹

Silvânia da Cruz Barbosa²

Ludwig Félix Machado Leal³

RESUMO

Valores humanos guiam nossas ações, além de representar cognitivamente as nossas necessidades, assumindo diferentes graus de importância, e com certa estabilidade no tempo. Iniciativas de movimentos contemporâneos na educação brasileira dão sinais do conservadorismo axiológico, exigindo de professores e professoras uma postura ética facilitadora do conhecimento, voltada à autonomia e aberta à diversidade. Assim, numa perspectiva psicossociológica, entrelaçando aspectos macro, meso e micro, a pesquisa objetivou analisar as diferenças axiológicas em função do sexo, em docentes da rede estadual de ensino médio de uma metrópole paraibana. Utilizou-se o Questionário de Valores Básicos, uma Ficha Sociodemográfica e um Questionário Aberto, numa amostra de 253 docentes em pleno exercício da função. Os resultados demonstraram maior média para mulheres no Valor Religiosidade e na Subfunção Normativa, enquanto para homens no Valor Sexualidade. O Questionário Aberto ratificou maior envolvimento delas com religião, família e aspectos sociolaborais, conquanto um maior envolvimento deles com esportes. Conclui-se que tais docentes demonstram um perfil conservador nos costumes, o que exige moderação nos extremismos das guerras narrativas, e que precisa contar com aval político e legislativo para o devido respaldo em teorias pedagógicas e metodologias didáticas que não tornem seus valores, obstáculos na mediação que é o ensinar, a fim de se considerar e se alcançar o pluralismo saudável de ideias e de valores, com base na ética e na alteridade em uma educação inter-humana, e por uma outra globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Valores Humanos; Docência; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

Human values guide our actions, as well as cognitively represent our needs, assuming different degrees of importance, having some stability in time. Initiatives of contemporary movements in Brazilian education give signs of axiological conservatism, demanding from teachers an ethical posture that facilitates knowledge, focused on autonomy and open to diversity. Thus, from a psychosociological perspective, intertwining macro, meso and micro aspects, the research aimed to analyze the axiological differences, according to gender, in teachers of the state education network of a metropolis of Paraíba. The Basic Values Questionnaire, a Sociodemographic Data Sheet and an Open Questionnaire were used in a

¹ Mestrando em Psicologia da Saúde na Universidade Estadual da Paraíba. jan100sm@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. silv.barbosa@gmail.com

³ Mestrando em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba. ludwigleal@gmail.com

sample of 253 teachers in full exercise of their function. The results showed higher average for women in the Religiousness Value and Normative Subfunction, while for men in the Sexuality Value. The Open Questionnaire confirmed her greater involvement with religion, family and socio-occupational aspects, whilst his greater involvement with sports. It is concluded that these teachers demonstrate a conservative profile in customs, which requires moderation in the extremities of narrative warfare, and should rely on political and legislative endorsement for proper support in pedagogical theories and didactic methodologies that do not make their values an obstacle in mediation, which is teaching, in order to consider and achieve the healthy pluralism of ideas and values, based on ethics and otherness in an interhuman education, seeking another kind of globalization.

KEYWORDS: Human Values; Teaching; Educational Policies.

INTRODUÇÃO

No Brasil, com a Constituição de 1988 formalizando a educação enquanto um direito, postulava-se um imperativo de conciliação entre qualidade e equidade para o mesmo, desafio que vai muito além de otimizar o desempenho e a aprendizagem dos discentes, mas que diz respeito também aos processos emocionais e cognitivos, e aos valores e princípios éticos de todos os atores sociais envolvidos no processo (ABRUCIO, 2016). Na chamada redemocratização que se seguiu, as instituições de ensino, além de se tornarem um elemento de resistência da classe trabalhadora, como nas greves docentes e o movimento estudantil, constituíram-se enquanto setor social capaz de incorporar pautas de grupos ditos minoritários, parcelas sociais expostas à diversas vulnerabilidades, mesmo que os avanços efetivos tenham sido mínimos (CASTRO, 2019).

Atualmente a precarização do trabalho docente tem se contrastado com as exigências de uma docência crítica, sobretudo no setor público, ampliando os inúmeros desafios enfrentados pela categoria, e concomitantemente por discentes, parentes/responsáveis, gestores (as), enfim todos os atores da educação, como o desafio da crescente violência, dos baixos salários, condições físicas e materiais inadequadas, pouco comprometimento de um ou mais destes atores, acúmulo de responsabilidades, vínculos contratuais flexibilizados, dentre outros (ABRUCIO, 2016; DAL'IGNA; SCHERER; SILVA, 2018; SANTOS; FREIRE; GARCIA, 2019; SAVIANI, 2017; SILVA, 2018; VENACIO; SOUZA, 2018; SOUZA; CHAPANI, 2019). Contraditoriamente, como afirma Reali, Souza e Cruz (2019), quanto mais se exige da docência, menos a profissão é valorizada socialmente. Para Berribili et al. (2019), tal enfraquecimento da profissão pode ser considerado um dos efeitos nocivos provenientes do advento da lógica neoliberal no mundo do trabalho e do consumo, assim como das transformações hodiernas do século XXI, como a presença das tecnologias no universo da comunicação, da informação e da midiatização. Segundo as

autoras, a contemporaneidade faz parecer que a família e a escola perderam a exclusividade pela educação das gerações subsequentes, uma vez que hoje tudo educa: novelas, jornais, redes sociais, sites na internet.

Ainda segundo Berribili et al. (2019), a figura do professor é vista cada vez menos como detentora personalíssima do sucesso no processo de aprendizagem, e mais como facilitadora ou organizadora de estímulos, criando condições para cada um aprender de uma forma. Tal imperativo de flexibilidade, de inovação constante e de educação customizada, contudo, levam Fabris, Dal'igna e Silva (2018) a se perguntarem: há uma necessidade de (re)descobrir o ensino? Pois nessa conjuntura, a identidade profissional docente continua a resultar de processos sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos, não lineares, mas contínuos e intercalados, influenciados pela história de vida e profissional de cada sujeito, seus contextos de formação e atuação, e enraizados nos entraves de como a educação é estruturada, considerando o contexto globalizado onde está inserida, entornos que influenciam diretamente o âmbito escolar, sua organização gestora, curricular e, conseqüentemente, a atuação docente e discente em sala de aula (FABRIS; DAL'IGNA; SILVA, 2018; FIGUEIREDO; SILVA, 2019; REALI; SOUZA; CRUZ, 2019). Isso, tendo em vista, com Severino (2019), que “assim como o aluno é um outro para o professor, merecendo reconhecimento e respeito, o professor é igualmente um outro para o aluno e, do ponto de vista ético, tudo que é dito quanto à postura do professor se aplica também ao aluno” (p.65).

Na educação pública, considera-se que fatores institucionais e políticos são sim necessários para que propostas de inovação curricular se efetivem, não sendo, contudo, suficientes (RAMALHO; NÚÑEZ, 2011). Há a necessidade da implicação de todos os atores supracitados, em cogestão e controle social, com objetivos não apenas paliativos ou à curto prazo, nem limitados a planos de governo, mas com ampla territorialização, respeitando as especificidades dos grupos de cada região, e, principalmente, não hostil aos diferentes arranjos axiológicos que compõem nossa diversificada sociedade brasileira (ABRUCIO, 2016; CANÇADO, 2018; MONTEIRO; MENDES, 2018; SANTOS; FREIRE; GARCIA, 2019; SEVERINO, 2019; SOUZA; CHAPANI, 2019). E, mantendo-se o cuidado para que o professor não receba sozinho o peso absoluto dessas exigências, destaca-se o fato de que as possibilidades de sucesso das reformas diminuem, quando não se presta devida atenção aos professores, que contribuem com seus conhecimentos, valores e experiências nessa complexa tarefa que envolve o aprender (BERRIBILI et al., 2019; RAMALHO; NÚÑEZ, 2011).

Cabe admitir que o ato de ensinar requeira o reconhecimento de que a educação é ideológica, sendo exatamente aí onde se destacam seus riscos inerentes, referentes à aceitação

do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação (FREIRE, 2004). Isso porque, ao refletir características de uma prática educacional conservadora, uma postura dita bancária trata os sujeitos como indivíduos de adaptação e ajustamento; enquanto o ensino libertador seria composto por aspectos didáticos atualizados ao contexto de cada grupo discente, visando a autonomia (FREIRE, 1987). Se por um lado, conforme afirma Monteiro e Mendes (2018), é possível considerar o espaço escolar enquanto gerador de novas formas de vida, mais livres e autênticas, melhorando assim a qualidade de vida dos sujeitos e dos grupos (MELO; ARAÚJO, 2019; NONATO; DAYRELL, 2019); por outro, há também de se considerar que possa potencializar forças mercadológicas, corporativas e midiáticas (BICALHO; JARDIM, 2018; MONTEIRO; MENDES, 2018). O paradoxo reside no contraste atual: o papel da escola em formar sujeitos para o exercício consciente da cidadania pela ação educativa, cidadãos ativos, críticos e transformadores, mas em contrapartida que sejam “dóceis, colaboradores, compreensivos das diferenças e desigualdades, respeitosos da ordem social e conformados à situação vigente; submissos, portanto, às normas e valores próprios da sociedade tal como se encontra constituída” (SAVIANI, 2017, p. 655).

Tais questionamentos, apesar de não serem novos, ganham novo destaque com o processo de crescimento do conservadorismo no Brasil, que concede apoio e visibilidade a diversos movimentos controversos da educação nacional no âmbito político e legislativo, as chamadas “contrarreformas”, das quais se destacam o movimento Escola Sem Partido, ou contra a “ideologia de gênero”, ou contra a “doutrinação marxista”, paralelo às intenções de privatizações na educação e à educação domiciliar (ANDRADE, 2017; CASTRO, 2019; MIGUEL, 2016; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017; REIS; EGGERT, 2017; SILVA et al., 2018; SILVA; MACHADO; ANDRIONI, 2018; SILVA; SOUZA, 2018; SOUZA, 2018; SOUZA; CHAPANI, 2019). As crises no capitalismo, a dinâmica interna da luta de classes, o fundamentalismo religioso, o antigo “anticomunismo” e o “libertarianismo” (ideologia ultraliberal da escola econômica austríaca), são alguns dos componentes que formam uma conjugação heteróclita específica da conjuntura brasileira (CASTRO, 2019; MIGUEL, 2016). Souza (2018), contudo, afirma ser perceptível a meta de tais movimentos no controle da educação, com norteamo unipartidário, atendendo exclusivamente seus valores, crenças e ideologias, e marginalizando o que não condiga com seus preceitos ou não se enquadre no perfil de valores. Reis e Eggert (2017) defendem que à guisa de uma moral dita cristã, pessoas feministas e/ou LGBT+ (LIMA; FERREIRA; QUADRADO, 2019), como exemplos, transformam-se em uma oposição a ser combatida, de modo que o inimigo é simplesmente o diferente, transvestido de inimigo; uma ameaça à harmonia social.

Sousa (2018) argumenta que estes são sinais da fragilidade da nossa formação, que prima pela fragmentação e pelo dualismo. Um dos pontos problemáticos nessa visão dualista viciosa, é que em classificações binárias gerais, como afirma Dumont (1997), a oposição que forma essa ou aquela estrutura sempre contém um sistema de valores (ou axiologia) que a organiza, o que coloca os termos em uma relação dita hierárquica. Não é simplesmente uma relação entre duas metades equivalentes, mas, ao contrário, sobrepõe-se um termo a outro, de modo que o estatuto de um engloba o seu oposto, este tido então como residual (DUARTE, 2017b; DUMONT, 1997). Nesse sentido, Reis e Eggert (2017) afirmam que é preciso defender a erradicação das iniquidades de gênero, e sua distinção binária que relega o feminino a um plano inferior, e estabelece papéis inflexíveis para o feminino e o masculino, o que por sua vez reforça as desigualdades, como na divisão sexual do trabalho (BEAUVOIR, 1967; BUTLER, 2010; 2004; CISNE, 2012; FRANÇA; GLOOR, 2013; LEITE; OLIVEIRA, 2015; SANTOS, 2012; THERBORN, 2012; 2011; VELOSO, 2001; VELOSO; BEZERRA, 2004). Destaca-se que, segundo Sousa e Sirelli (2018), são papéis construídos de maneira assimétrica, fortemente sedimentados em nossa cultura, e catalisados pela mídia. Na construção do imaginário entre gênero, feminização e docência, Santos (2018) reforça que tais conceitos são permeados de ideologias, valores e relações de poder, e que “os gêneros se instituem e se entrecruzam socialmente de vários modos: classe, etnia, religião, opção partidária, faixa etária, escolarização e profissão” (p.1093), de modo que os arranjos plurais podem, segundo a autora, desautorizar dualismos simplificados e parciais. É mister, como destacado por Reis e Eggert (2017), a urgência da participação ativa de pessoas das mais variadas camadas sociais, dos mais variados perfis axiológicos, contribuindo com posicionamentos balizados pela moderação dos extremismos, e pela convivência harmônica entre os diferentes. Ética, dentro e fora das salas de aula.

As análises axiológicas do presente estudo se respaldam na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, cunhada por Valdiney Veloso Gouveia (1998), que define os valores humanos como “conceitos ou categorias, sobre estados desejáveis de existência, que transcendem situações específicas, assumem diferentes graus de importância, guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos, e representam cognitivamente as necessidades humanas” (GOUVEIA et al., 2009, p. 37). Trata-se de uma tipologia composta por 18 valores básicos, dispostos em seis subfunções valorativas: subfunção Experimentação (valores: Sexualidade, Prazer, Emoção), subfunção Realização (Poder, Prestígio, Êxito), subfunção Existência (Sobrevivência, Estabilidade Pessoal, Saúde), subfunção Suprapessoal (Conhecimento, Beleza, Maturidade), subfunção Interacional (Apoio Social, Convivência,

Afetividade), e subfunção Normativa (Tradição, Religiosidade, Obediência). Estes são representados pelo cruzamento dos dois eixos funcionais, a saber: o tipo de orientação, que é a função dos valores segundo a qual estes guiam as ações humanas (orientação social, central ou pessoal); e o tipo de motivador, na função de representarem cognitivamente as necessidades humanas (motivação materialista/pragmática e humanitária/idealista) (GOUVEIA, 2013).

Formiga, Santos, Viana e Andrade (2008) utilizaram o Questionário de Valores Básicos a fim de avaliar a diferença entre as pontuações médias de homens e mulheres em relação a função psicossocial dos valores humanos, enquanto critério de orientação normativa, partindo da hipótese de que homens e mulheres apresentam diferenças quanto às prioridades valorativas. Apenas na subfunção valorativa “Experimentação” os homens apresentaram maior média que as mulheres, subfunção esta que se refere a descobrir e apreciar novos estímulos, procurar satisfação sexual, enfrentar situações arriscadas, etc., condizente assim ao socialmente esperado na divisão binária dos gêneros. Em um estudo que buscou analisar as representações de gênero de professores em formação, de ciências e biologia (SANTOS, 2012), relatou-se que, apesar de não apresentarem a tendência a subordinar um gênero a outro, os futuros docentes assumiram um posicionamento biologizante do gênero que legitimaria uma essência masculina ou feminina, ao naturalizarem o brincar de boneca como um comportamento socialmente estipulado às meninas, enquanto estranho e problemático para meninos. Em outra pesquisa (FRANÇA; GLOOR, 2013), foram analisadas as representações de professoras, funcionárias e diretora de uma instituição de ensino no que diz respeito ao tema mulheres e família, concluindo-se que, mesmo reconhecendo explicitamente que a divisão do trabalho hierarquiza as relações entre os gêneros, a amostra, constituída apenas por mulheres, ainda endossa o pensamento de que existem sim certas tarefas destinadas a homens e outras a mulheres. No estudo de Ataíde e Nunes (2016), a partir de entrevistas com professoras de ensino infantil, verificou-se que, mesmo reconhecendo a competência de homens e mulheres para a prática docente, as participantes declararam que professoras do sexo feminino, devido, por exemplo, às questões inerentes à maternidade, têm melhores condições de ensinar crianças, do ensino infantil ao fundamental, enquanto professores do sexo masculino teriam para alunos maiores, do ensino médio ao ensino adulto, pressupondo assim características e papéis inerentes ao gênero.

De forma paralela e complementar, diversos estudos relatam também a relação dos valores pessoais de docentes com construtos como o *burnout*, a satisfação no trabalho, o bem-estar e a motivação (ANDRADE et al., 2015; CORDEIRO; GAMBOA; PAIXÃO, 2018;

SOUZA et al., 2016). Assim, nesse entremeio de contradições e possibilidades que é a educação nacional, a presente pesquisa se insere com intuito de ampliar a compreensão sobre o perfil axiológico de professores e professoras da rede pública estadual de ensino.

MÉTODO

Tipo de pesquisa

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, *ex post facto*, visto que descreve os dados estabelecendo relações entre as principais variáveis, mas sem manipulá-las; de corte transversal, tipo de estudo no qual as variáveis são observadas apenas num dado momento, e com delineamento misto, coletando e analisando dados quantitativos e qualitativos (GÜNTHER, 2013; SEVERINO, 2017; SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2012).

Participantes

Utilizando-se de uma estratégia acidental não probabilística, por conveniência, obteve-se uma amostra de 253 professores (39% da população); maioria mulheres (64,4%), que estavam em pleno exercício da função, e que aceitaram participar voluntariamente do estudo, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Instrumentos

Questionário de Valores Humanos (QVB) – Esse instrumento foi desenvolvido por Gouveia (1998) e possui 18 itens distribuídos numa escala de resposta tipo *likert* que varia de 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante), onde os respondentes avaliam a importância que cada item (valor) tem como um princípio-guia em suas vidas. Cada item representa um valor humano, agrupados (três a três) entre as seis dimensões da escala, que são também as seis subfunções axiológicas da teoria, quais sejam: *Experimentação* ($\alpha = 0,54$), com orientação pessoal e motivador humanitário; *Realização* ($\alpha = 0,50$), com orientação pessoal e motivador materialista; *Existência* ($\alpha = 0,44$), orientação central e motivador materialista; *Supra pessoal* ($\alpha = 0,31$), orientação central e motivador materialista; *Interacional* ($\alpha = 0,52$), com motivador humanitário e orientação social; e *Normativa* ($\alpha = 0,67$), com motivador materialista e orientação social.

Ficha Sociodemográfica – utilizada para coletar informações biográficas (idade, estado civil, nível de instrução escolar), e sócio ocupacionais (regime de trabalho, tempo de serviço) com fins de caracterização amostral.

Questionário Aberto – Três questões elaboradas a fim de acessar aspectos subjetivos adjacentes ao trabalho, que versaram sobre aspectos positivos e negativos vivenciados no contexto laboral, e sobre uso do tempo livre ou de lazer do docente.

Procedimento de coleta dos dados

Após autorização da 3ª Região de Ensino e Cultura, e aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba (CAAE N°: 0667.0.133.000-11), efetuou-se a pesquisa em duas etapas: a primeira ocorreu em ambientes, denominados Polos, onde os docentes estavam participando de um programa de formação continuada; a segunda foi realizada nas escolas onde os docentes lecionavam, após agendamento com os gestores de cada escola. Essa segunda etapa foi necessária para atingir aqueles que não estavam no curso de formação continuada e, por isso, não tinham sido convidados a participar da pesquisa.

Na pesquisa, foram incluídos apenas os docentes que estavam em pleno exercício da função. Foram excluídos os aposentados, os que estavam com licença médica, ou afastados da função por algum motivo, além daqueles que não se dispuseram a participar ou que estavam ausentes no momento da coleta. Os instrumentos foram organizados em forma protocolo, e todos os participantes foram informados sobre os objetivos e aspectos éticos da pesquisa, bem como instruídos a preencher os instrumentos, havendo auxílio dos pesquisadores apenas em casos de dúvidas ou esclarecimentos recorrentes. 15 minutos foi o tempo aproximado gasto pelos participantes para responderem todo o protocolo.

Procedimento de análise dos dados

Os dados quantitativos, provenientes dos questionários padronizados e sociodemográfico foram digitados no programa *Statistical Package for Social Science* – SPSS-23, onde se efetuaram análises descritivas (medidas de tendência central, desvio-padrão e porcentagem). Foi também realizado o teste *t* de *Student* para amostras independentes com o objetivo de verificar a diferença entre o perfil axiológico em função do sexo.

Foi realizada ainda uma análise de conteúdo (BARDIN, 2010) para o tratamento do Questionário Aberto. O procedimento para tal análise seguiu três passos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados por inferência e interpretação. Inicialmente foi realizada uma leitura flutuante do material de análise; em seguida foram identificadas e codificadas as categorias empíricas existentes nas respostas dos sujeitos, sendo tal processo realizado por meio de discussão das questões por quatro juízes. Por fim, os resultados obtidos foram diagramados e interpretados, procurando torná-los significativos e válidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados se originaram de três processos de análise, a partir dos dados sociodemográficos, das respostas ao Questionário de Valores Básicos, e do Questionário Aberto, sendo discutidos associadamente.

Os homens representaram 35,6% da amostra, com idade média de 38 anos ($dp = 9,49$), variando entre 22 e 56 anos. Maioria casada (43,2%), seguido da condição solteiro (38,6%); e sem filhos (46,6%), com nível de escolaridade superior (43,2%), com mesma proporção para com nível de Especialização (43,2%). Maioria católica (40,9%), seguido dos que afirmaram não ter religião (27,3%). O tempo médio de profissão docente foi de 11 anos ($DP = 9,33$), variando de 1 a 34 anos; 43,2% exerce trabalho docente em mais de uma instituição, enquanto 27% relatou ter outros empregos. A carga horária de trabalho, em média, de 40 horas semanais ($DP = 13,93$).

As mulheres representaram a maioria da amostra (64,4%), com idade média de 41 anos ($DP = 10,24$), variando entre 20 e 65 anos. Maioria casada (51%), seguida de solteira (27,7%), e sem filhos (32,3%). Quanto ao nível de escolaridade, a maioria tem especialização (49,7%), seguido de nível superior (34,2%). Maioria católica 34,2%, e 20% evangélica. O tempo médio na profissão docente foi de 15 anos ($DP = 9,88$), variando de 1 a 40 anos. 40% afirmou manter atividade docente em mais de uma instituição, e 13,5% relatou outros vínculos empregatícios. A carga horária de trabalho é, em média, de 38 horas semanais ($DP = 14,38$).

Quanto às diferenças no perfil axiológico de homens e mulheres, professores da rede estadual de ensino médio, estas foram analisadas por meio do cálculo do teste *t* de *Student* para amostras independentes, que apontou diferenças significativas quanto ao valor sexualidade e religiosidade, assim como na subfunção Normativa do QVB. Na **Tabela 1** foram descritas as respectivas médias com desvios-padrão, além dos resultados do teste *t*.

Tabela 1: Média, desvio-padrão e teste t para as diferenças entre professores e professoras, quanto aos valores Sexualidade, Religiosidade, e para a Subfunção Normativa.

	Subfunção Normativa		Religiosidade		Sexualidade	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Mulheres	5,81	0,90	6,30	1,38	5,11	1,52
Homens	5,48	1,26	5,69	1,92	5,51	1,33
Teste <i>t</i>	$t(241) = 2,100$ $p = 0,03$		$t(241) = 2,584$ $p = 0,01$		$t(237) = -2,041$ $p = 0,04$	

Como descrito na **Tabela 1**, a Subfunção Normativa apresentou diferenças estatisticamente significativas para os sexos ($t(241) = 2,100$; $p = 0,03$), com maior média para as professoras. Essa Subfunção integra um dos seis fatores dessa escala QVB, e é constituída por um tipo de orientação social e um motivador materialista. O viés social para o tipo de orientação destaca indivíduos que tendem a assumir comportamentos voltados ao grupo e à vida social, preconizando-a como unidade básica de sobrevivência, enfatizando a estabilidade do grupo, assim como a importância de preservar a cultura e as normas sociais. Complementar a essa orientação, o motivador é do tipo materialista, destacando indivíduos cujo comportamento se apresenta mais voltado a metas concretas, ideias práticas, ou ainda, regras normativas (GOUVEIA, 2013).

Na teoria funcionalista dos valores humanos, o valor religiosidade é descrito em termos da crença em Deus como salvador da humanidade, cumprir a vontade divina, sendo assim reconhecida a existência de uma entidade superior, por meio da qual as pessoas podem lograr a certeza e a harmonia social requeridas para uma vida pacífica (GOUVEIA, 2003). Na **Tabela 1** é possível observar que houve diferenças significativas em relação a esse valor ($t(241) = 2,584$; $p = 0,01$), sendo a maior média para as mulheres. Recordar-se que, apesar de quase metade da amostra masculina ser católica (40,9%), a segunda maior proporção afirmou não possuir religião (27,3%). Enquanto no perfil feminino, além da maior proporção ser católica (34,2%), o segundo maior grupo é o de professoras evangélicas (20%).

Ainda na **Tabela 1**, observam-se diferenças significativas ($t(237) = -2,041$; $p = 0,04$) quanto ao valor sexualidade, cuja maior média foi para os homens. Este valor humano é descrito na teoria funcionalista como representando a necessidade fisiológica de sexo, ter relações ou obter prazeres sexuais (GOUVEIA, 2003). Em paralelo aos dados sociodemográficos, destaca-se que 38,6% dos homens são solteiros, enquanto para as mulheres esse percentil cai para 27,7%; além disso, 46,6% dos homens não têm filhos, contra 32,3% das mulheres. O maior percentil para elas foi, contudo, na proporção de casadas: enquanto 43,2% dos homens se declararam casados, cerca de 51% das mulheres admitiu a mesma condição.

O conteúdo das respostas às três questões abertas foi organizado em grupos temáticos (ou categorias), expressos na forma de diagrama, dividindo-se os resultados para homens e mulheres, representados nas **Figuras 1 e 2**.

Figura 1: Diagrama das categorias temáticas para as professoras

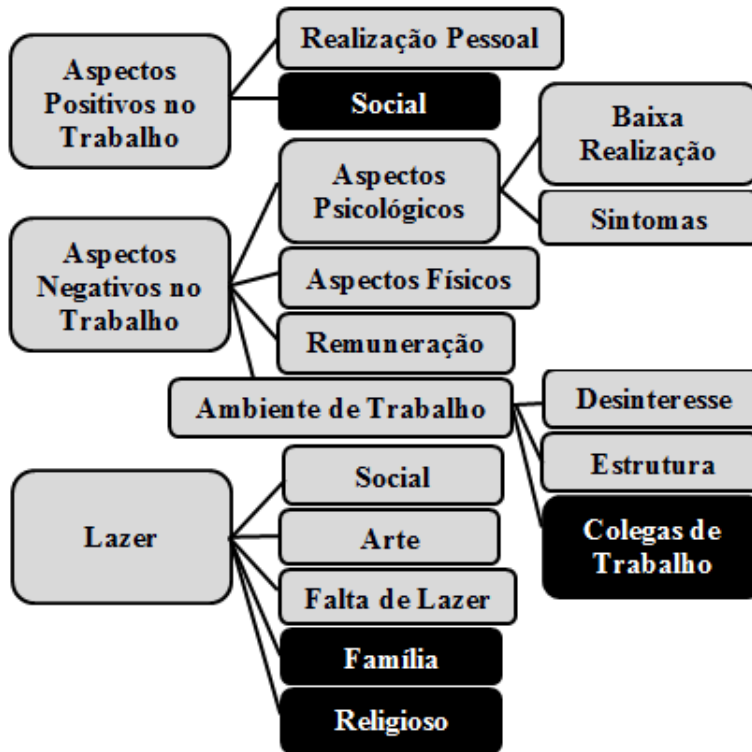
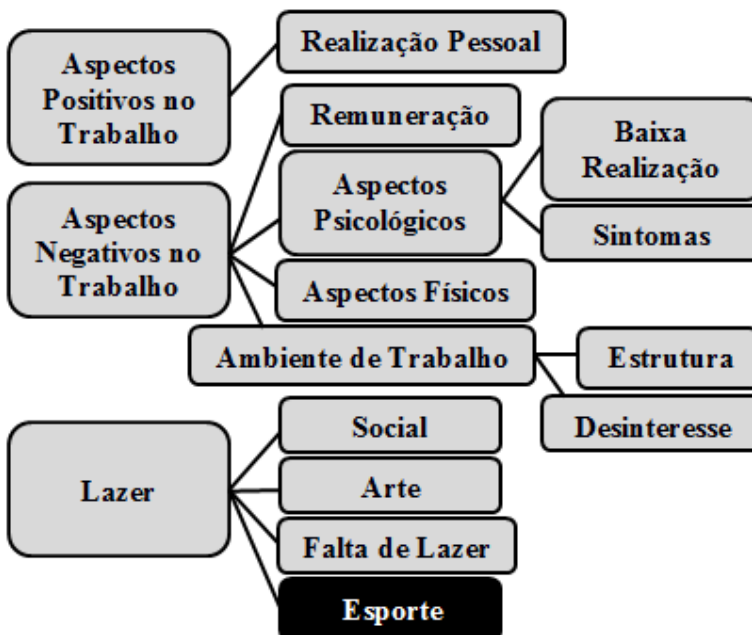


Figura 2: Diagrama das categorias temáticas para os professores



Em relação às descrições dos aspectos positivos e negativos no trabalho, as mulheres apresentaram exclusividades no conteúdo de suas respostas, com evocações que reportam ao aspecto interpessoal (social) no ambiente laboral, o que não foi observado entre as respostas dos homens, como explicitado nas **Figuras 1 e 2**. Assim, diferentemente dos homens, a categoria ‘social’ esteve presente dentre os aspectos positivos no trabalho, apontados pelas professoras; como no exemplo das seguintes respostas: “o estímulo perante a gestora, meus colegas de trabalho, enfim meu local de atuação é de perfeita harmonia” (professora ex.1); “os meus colegas de trabalho que gosto” (professora ex.2). Dentre os aspectos negativos no trabalho também houve um destaque ao relacionamento interpessoal das professoras, que novamente não esteve presente entre as respostas dos homens. A categoria temática ‘colegas de trabalho’, foi descrita com respostas do tipo: “falta de coleguismo” (professora ex.3); “a falta de integração entre os colegas” (professora ex.4).

A ênfase ao normativo foi observada também na análise de conteúdo no que se refere às diferenças quanto ao lazer de homens e mulheres. Enquanto eles, como demonstra a **Figura 2**, acrescentaram um grupo temático exclusivo ao lazer, qual seja, a categoria *esportes* (futebol, ir à academia, etc.), elas, por outro lado, como descrito na **Figura 1**, apresentaram os grupos temáticos *família* (sair com o marido, passear com os filhos, ficar em casa com a família, etc.) e *religioso* (ir à missa, ir ao culto, etc.).

Resta declarado o maior envolvimento normativo, no perfil de mulheres da amostra, com valores associados à religião, família e relações interpessoais, e menor envolvimento, no perfil amostral de homens, nos supracitados valores, sendo maior, no entanto, para o valor sexualidade, além do lazer, para eles, nos esportes. Considerando que a prática de mediação do conhecimento (função docente) é desprovida de neutralidade como condição *sine qua non*, sendo assim inerente ao ato de ensinar (FREIRE, 2004), destaca-se que o ponto colocado em evidência não é tentar o extermínio de qualquer viés ideológico, mas admitir e problematizar que, ainda que seja possível pensar em *metades*, como por exemplo, masculino/feminino, sua disposição frente ao todo não é a mesma – uma precede a outra. Não há polaridades equivalentes em disposições sociológicas binárias; uma delas, vista num ponto superior da hierarquia, engloba o seu contrário. E a base da distinção está no valor que identifica um deles à totalidade, tomando o outro como residual. A diferença, assim, enuncia uma hierarquia entre totalidade e partes, entre estatutos diferenciados no arranjo ideológico (DUMONT, 1997; 1993), perpassando o âmbito do trabalho como campo de conflitos políticos e ideológicos que, como tal, não podem ser resolvidos na esfera individual (LUCCA, 2017), evitando-se análises que recaiam numa lógica simplificadora e culpabilizante

(PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011), e considerando uma perspectiva psicossociológica que entrelace aspectos macro, meso e micro, entendem-se os fenômenos psíquicos como invariavelmente vinculados ao contexto sociocultural. Se considerarmos, pois, com Lucca (2017), que forças políticas podem fortalecer ou fragilizar a saúde em contextos macrossociais, e considerarmos o trabalho como um dos seus principais determinantes sociais (DUARTE, 2017a), então precisamos, enquanto profissionais, estudiosos e cidadãos de direitos e deveres, questionarmo-nos afinal a quem servimos, e quais consequências históricas concretas nossos valores e nossa prática cotidiana tem gerado (MARTIN-BARÓ, 1996).

Tal destaque é fundamental tendo em vista os movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil nos últimos anos, as chamadas “contrarreformas” (ANDRADE, 2017; CASTRO, 2019; MIGUEL, 2016; OLIVEIRA; BARBOSA, 2017; REIS; EGGERT, 2017; SILVA et al., 2018; SILVA; MACHADO; ANDRIONI, 2018; SILVA; SOUZA, 2018; SOUZA, 2018; SOUZA; CHAPANI, 2019), com a tendência crescente de atribuir negativamente a alcunha de ideológico ao que for crítico à ordem em vigor e aos nossos valores, e de atividade doutrinária quando o professor em sala não seguir o padrão heteronormativo e demais preceitos da família nuclear burguesa, sob risco de punição, denúncia, processo, etc., não raro maculando a própria Lei n. 9.610/98, que veda a publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia, do autor de aulas ministradas, seja por áudio ou vídeo (CASTRO, 2019). Projetos de Lei como o PL 7180/2014 e o PL 7181/2014, por exemplo, determinam que “os valores de ordem familiar [têm] precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”, de modo que ambos visam tornar a determinação obrigatória nos parâmetros curriculares, instituindo-a na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (MIGUEL, 2016). Tais exemplos dão indícios da problemática cultural que compõe os entornos contextuais nos quais as instituições educacionais estão inseridas (LIBÂNEO, 2013), incidindo não meramente na instrução técnica, profissional, mas na educação mais ampla, como distingue José Saramago no livro *Democracia e Universidade* (2010), de modo que a importância da escola se dá, dentre outros motivos, por oferecer aos sujeitos, sobretudo às crianças, o contato com valores diversos, ou diversamente interpretados, daqueles que estão presentes na família, mantendo um norteamento ético e empático (MIGUEL, 2016). Preza-se então, junto à Caimi (2016), pela instauração de uma cultura de debate público sobre temas cruciais envolvendo a escola, o currículo escolar, a formação docente e suas condições de trabalho, materiais didáticos, avaliação em larga escala, dentre outros, de modo a extrapolar os limites da chamada guerra

de narrativas, a fim de se considerar e se alcançar o pluralismo saudável de ideias e de valores, com base na ética e na alteridade em uma educação inter-humana, e por uma outra globalização (ALVES; GHIGGI, 2011; AMARAL, 2017; GENTILI, 1995; LAVILLE, 1999; RIBEIRO; SANTOS; SOBRAL, 2019; SANTOS, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, a determinação do aspecto social para as mulheres ficou demonstrada na inclusão dos fatores interpessoais (colegas de trabalho), tanto dentre os aspectos positivos quanto negativos no trabalho, o que não foi observado nas falas dos homens. Mesmo em relação ao lazer, enquanto estes acrescentaram atividades de competência física (esportes, academia), aquelas apontaram aspectos normativos, tanto em relação à religião quanto em relação ao vínculo matrimonial. Isso foi ainda endossado pelos resultados dos dois valores em destaque no QVB, que apresentou maior média para os homens no valor sexualidade, descrevendo uma maior importância dada a esse aspecto por parte deles, além de ter sido ratificada uma maior média para as mulheres no valor religiosidade, indicando para elas um maior envolvimento com os princípios e dogmas religiosos. Contudo, devido à característica transversal da presente pesquisa, sugere-se cautela quanto à generalização dos resultados aqui discutidos, uma vez que estes fazem referência a um contexto amostral específico. Ressalta-se, por fim, a importância de uma educação para a liberdade, pública e longe da precarização do trabalho docente, tendo em vista o papel central do professor nessa mediação que é a aprendizagem, e contando com aval político e legislativo para o devido respaldo em teorias pedagógicas e metodologias didáticas que não tornem seus valores, obstáculos. Como dignamente explicitada na resposta de uma delas sobre os aspectos positivos de sua profissão, “saber que o meu trabalho vai fazer algo diferente e que o futuro está nas minhas mãos e no que eu transmito, e sirvo como escada para alguém subir na vida” (sic).

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. (Org.). **Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança**. São Paulo: Moderna, 2016.

ALVES, M. A.; GHIGGI, G. Educação como encontro inter-humano: da ética do diálogo à resposta ética pela alteridade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, v. 1, n.17, p. 59-77, 2011. Disponível em: <<http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/5295/4892>>. Acesso em: 25 out. 2018.

AMARAL, N. C. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-s1413-24782017227145.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019

ANDRADE, É. P. Educação domiciliar: encontrando o direito. **Pro-posições**, v. 28, n. 2, p. 172-192, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072017000200172&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ANDRADE, T. F.; BARBOSA, S. C.; SOUZA, S.; MOREIRA, J. S. Valores humanos e satisfação no trabalho de professores e servidores técnico-administrativos de uma universidade pública. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 4, p. 397-406, 2015. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v15n4/v15n4a07.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

ATAIDE, P. C.; NUNES, I. M. L. Feminização da profissão docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**, v. 9, n. 1, p. 167-189, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/4984>>. Acesso em 19 jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa: LDA, 2010.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: difusão europeia do livro, 1967.

BERRIBILI, E. G. R.; MILL, D.; MONTEIRO, M. I.; MARCHETTI, R. Dificuldades da docência no cenário digital: contornos e práticas de sala de aula. **Momento: Diálogos em Educação**, v. 28, p. 294-311, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/7073>>. Acesso em 01 nov. 2019.

BICALHO, R.; JARDIM, A. Trabalho e educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 1, p. 53-67, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. **Undoing gender**. New York-London: Routledge, 2004.

CAIMI, F. E. A história na base nacional comum curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, v. 3, n. 4, p. 86-92, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/65515/39461>>. Acesso em 02 abr. 2018.

CANÇADO, A. C. Trabalho docente e gestão social: para além do mainstream. **Revista Trabalho (En)Cena**, v. 3, n.3, p. 187-190, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/5072/14487>>. Acesso em 29 dez. 2018.

CASTRO, M. R. Capitalismo dependente, conservadorismo e educação: uma análise dos ataques reacionários à educação brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 1-23, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29379>>. Acesso em 03 out. 2019.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. Rio de Janeiro: Editora Outras Expressões, 2012.

CORDEIRO, C.; GAMBOA, V.; PAIXÃO, O. A importância dos valores pessoais e da motivação para a atividade letiva no bem-estar psicológico dos professores. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 52, p. 43-62, 2018. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/5880>>. Acesso em 03 dez. 2018.

DAL'IGNA, M. C.; SCHERER, R. P.; SILVA, J. V. Docência S/A: gênero e flexibilidade em tempos de educação customizada. In: FABRIS, E. T. H.; DAL'IGNA, M. C.; SILVA, R. R. D. (Orgs.). **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo: articulações entre pesquisa e formação**. São Leopoldos: Oikos, 2018. p. 53-74.

DUARTE, D. A. Saúde mental e trabalho: uma tessitura cotidiana a partir dos espaços de vivência e atuação. In: PERES, R. S.; HASHIMOTO, F.; CASADORE, M. M.; BRAZ, M. V. (Orgs.). **Sujeito contemporâneo, saúde e trabalho: múltiplos olhares**. São Carlos: EdUFSCar., 2017. p. 259-272.

DUARTE, L. F. D. O valor dos valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 3, p. 735-772, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752017000300735&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 09 jan. 2018.

DUMONT, L. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DUMONT, L. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FABRIS, E. T. H.; DAL'IGNA, M. C.; SILVA, R. R. D. (Orgs.), 2nd Ed. **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo: articulações entre pesquisa e formação**, São Leopoldos: Oikos, 2018.

FIGUEIREDO, F. L. O.; SILVA, S. A. Profissão docente na América Latina: cidadania, políticas públicas para educação e formação identitária de professores(as) de história. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p. 145-157, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/12245>>. Acesso em 29 nov. 2019.

FORMIGA, N. S.; SANTOS, L. M. S.; VIANA, D. N. M.; ANDRADE, A. O. Valores humanos e gênero. **Psicologia em Foco**, v.1, n.1, p.1-12, 2008. Disponível em: <http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_064132_3.pdf>. Acesso em 04 jan. 2018.

FRANÇA, F. F.; GLOOR, V. C. F. Família e mulheres: representações docentes e implicações sobre gênero. **Diálogo**, v.24, p.63-72, 2013. Disponível em: <

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1222>>. Acesso em 01 jan. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 27ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GOUVEIA, V. V. A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. **Estudos de psicologia**, v. 8, n. 3, p.431-443, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19965.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2017.

GOUVEIA, V. V. **La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: una comparación intra e intercultural**. 1998. Tese de Doutorado - Universidade Complutense de Madri, Madri.

GOUVEIA, V. V. **Teoria funcionalista dos valores humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; FISCHER, R.; COELHO, J. A. P. M. Teoria funcionalista dos valores humanos: aplicações para organizações. **Revista de Administração Mackenzie**, v.10, n. 3, p.34-59, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n3/a04v10n3.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2017.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2016.

LAVILLE, C. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000200006>. Acesso em 15 fev. 2016.

LEITE, A. F. S.; OLIVEIRA, T. R. M. O. Sobre educar médicas e médicos: marcas de gênero em um currículo de medicina. **Revista Estudos Feministas**, v.23, n. 3, p.779-801, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2015000300779&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 11 fev. 2016.

LIBÂNEO, J. C. Didática na formação de professores: entre a exigência democrática de formação cultural e científica e as demandas das práticas socioculturais. *In*: SANTOS, A.; SUANNO, J. H.; SUANNO, M. V. R. (Orgs.). **Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LIMA, E.; FERREIRA, E. S.; QUADRADO, J. C. Gênero, sexualidade e currículo: problematizando a permanência de alunos LGBTTIQ na escola. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1314>>. Acesso em 01 nov. 2019.

LUCCA, S. R. Saúde, saúde mental, trabalho e subjetividade. **Revista Laborativa**, v. 6, p. 147-159, 2017. Disponível em: <<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1626>>. Acesso em 05 mai. 2018.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos em Psicologia**, v. 2, p. 7-27, 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2015.

MELO, P. B.; ARAÚJO, N. D. R. Da periferia à universidade: sucesso escolar e qualidade de vida de jovens de classe popular. **Revista Política & Trabalho**, v. 50, p. 58-82, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/43600>>. Acesso em 03 nov. 2019.

MIGUEL, L. F. “Doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em 08 ago. 2018.

MONTEIRO, A.; MENDES, J. R. Salas de aula como espaços de composições da diferença na formação docente. **Revista Educação, Ciência e Cultura**, v. 23, p. 13-25, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4231>>. Acesso em 14 jan. 2019.

NONATO, S. P.; DAYRELL, J. T. Juventude, trabalho e escola: reflexões sobre a condição juvenil. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 1, p. 101-118, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9723/6869>>. Acesso em 23 jan. 2019.

OLIVEIRA, R. L. P.; BARBOSA, L. M. R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. **Pro-Posições**, v. 28, n. 2, p. 193-212, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73072017000200193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 fev. 2018.

PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 36, n. 123, p. 118-127, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572011000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 27 dez 2017.

RAMALHO, B. L.; NÚNEZ, I. B. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. **Revista Educação em Questão**, v.40, n. 26, p.69-96, 2011.

REALI, A. M. M. R.; SOUZA, A. P. G.; CRUZ, E. M. R. Processos de constituição da docência: trajetórias de vida pessoal e profissional. **Revista NUPEM**, v. 11, n. 22, p. 116-132, 2019. Disponível em: <<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/527>>. Acesso em 29 nov. 2019.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Revista Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 30 jun. 2018.

RIBEIRO, E. C. S.; SANTOS, J. D. G.; SOBRAL, K. M. Trabalho, educação e capital: percursos históricos e impedimentos para a formação omnilateral. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 2, p. 63-77, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9878/12088>>. Acesso em 03 nov. 2019.

SANTOS, A. R. J. O imaginário e a construção do gênero e da docência na cidade de Londrina: conceito, contexto e implicações. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 18, n. 4, p. 1089-1108, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651394>>. Acesso em 04 fev. 2019.

SANTOS, J. B.; FREIRE, J. E.; GARCIA, A. V. Dossiê: políticas para a educação e a diversidade sociocultural: avanços, limites e desafios no enfrentamento das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. 1-6, 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/6941/15073>>. Acesso em 11 nov. 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, S. P. Concepções de gênero de futuros/as professores/as de ciências e biologia a partir do vídeo boneca na mochila. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16, 2012, Campinas. **Anais do 16º Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SARAMAGO, J. **Democracia e universidade**. Belém: Editora UFPA, 2010.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 653-662, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-85572017000300653&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 30 mai. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** (24th ed.). São Paulo: Cortez, 2017.

SEVERINO, F. P. **O movimento e programa Escola Sem Partido: origens e implicações**. 2019. (Trabalho de Conclusão de Especialização), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu - PR.

SHAUGHNESSY, J. J.; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, E. S. **Metodologia de pesquisa em psicologia**. (9 ed.). Porto Alegre: AMGH editora LTDA, 2012.

SILVA, A. L. B.; SOUZA, M. A. Movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil: disputas que marcaram a conjuntura 2014 a 2018. **Crítica Educativa**, v. 4, n. 2, p. 7-23, 2018. Disponível em: <<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/353>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SILVA, A. M. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileira.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29380>>. Acesso em 21 set. 2019.

SILVA, E. M.; ALVARENGA, E.; FERREIRA, E. B.; AMORIM, F. L. A. A “ideologia de gênero” e a “escola sem partido”: faces de uma mesma moeda em ações políticas conservadoras no Brasil e no Espírito Santo. **Inter-Ação**, v. 43, n. 3, p. 615-631, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48847>>. Acesso em 22 mai. 2019.

SILVA, R. M.; MACHADO, I. F.; ANDRIONI, I. “Contrarreformas” educacionais curriculares e resistência. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 1, p. 119-133, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9724>>. Acesso em 23 mai. 2019.

SOUSA, M. de O.; SIRELLI, P. M. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 326-345, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200326&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 03 jan. 2019.

SOUSA, R. M. dos S. Pensamento transdisciplinar: uma postura docente capaz de ressignificar o papel educacional. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 5, n. 4, p. 83-88, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/268>>. Acesso em 22 dez. 2018.

SOUZA, A. L. S.; CHAPANI, D. T. Mecanismos de privatização na/da educação brasileira: a escola pública, gratuita e laica em risco. **Com a Palavra, o Professor**, v.4, n. 9, p. 99-123, 2019. Disponível em: <<http://revista.geem.mat.br/index.php/PPP/article/view/391>>. Acesso em 30 nov. 2019.

SOUZA, S.; SOUZA, F. M. T.; BARBOSA, S. da C.; LOPES, I. R. de S.; FERNANDES, D. G. Síndrome de burnout e valores humanos em professores da rede pública estadual da cidade de João Pessoa: um estudo correlacional. **Análise Psicológica**, v. 34, n. 2, p. 119-131, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312016000200002>. Acesso em 30 jun. 2017.

THERBORN, G. Compreendendo as diferenças na cultura de gênero. **Revista Ciência e Profissão**, v.42, n.22, p.78-93, 2012.

THERBORN, G. **Sexo e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

VELOSO, R. No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. **Revista Praia Vermelha**, v.2, n. 4, p. 29-100, 2001.

VELOSO, R.; BEZERRA, V. Gênero e sociedade: uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. **Revista Teoria e Sociedade**, v.1, n.12, p.106-125, 2004.

VENACIO, M. M. R.; SOUZA, V. L. T. Humanização e docência crítica: a arte como mediação na formação inicial docente. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 23, n. 2, p. 175-189, 2018. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3648>>. Acesso em 09 set. 2019.